

i) Autorizar o financiamento às entidades que atuam no âmbito dos mecanismos de resolução alternativa de litígios;

j) Autorizar deslocações ao estrangeiro sem encargos para a Direção-Geral de Política de Justiça ou, tendo encargos, que sejam de duração até 15 dias, bem como as que se realizem no âmbito de projetos já superiormente aprovados, nos termos do Decreto-Lei n.º 192/95, de 28 de julho, e Decreto-Lei n.º 106/98, de 24 de abril, conjugados com o estabelecido nos decretos-leis de execução orçamental;

k) Autorizar despesas com empreitadas e obras públicas, locação e aquisição de serviços até ao limite de Euros 200.000;

l) Autorizar as despesas relativas à execução de planos ou programas plurianuais legalmente aprovado, até ao limite de Euros 1.000.000;

m) Autorizar o pagamento de encargos de anos anteriores até ao montante de Euros 200.000.

n) Autorização para assunção de compromissos plurianuais nos termos do Despacho n.º 10959/2013, de 22 de julho de 2013, até aos limites definidos nas alíneas k) e l).

2 - A autorização referida na alínea n) do n.º 1 cessa no momento em que a Direção-Geral da Política da Justiça possua pagamentos em atraso, nos termos da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, e Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho.

3 - Autorizo, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 36.º do Código do Procedimento Administrativo, a subdelegação das competências referidas nas alíneas f), g), h), i) e j) do n.º 1.

4 - O presente despacho produz efeitos a 1 de novembro de 2013.

28 de outubro de 2013. — A Ministra da Justiça, *Paula Maria von Hafe Teixeira da Cruz*.

207393302

Despacho n.º 15071/2013

1 — Ao abrigo do disposto na alínea b), do n.º 1, do artigo 3.º, nos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 11.º e do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, obtida a autorização do Conselho Superior do Ministério Público, designo, como adjunto, para exercer funções no meu gabinete o Procurador da República, Plácido Mariano Conde de Sousa Rodrigues Fernandes.

2 — O designado opta pelo estatuto remuneratório correspondente ao posto de trabalho de origem à data da designação, ao abrigo do n.º 8 do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, ficando autorizado nos termos da alínea a), do n.º 3, do artigo 7.º do mesmo diploma a exercer funções docentes em instituições de ensino superior.

3 — Para efeitos do disposto no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, a nota curricular do designado é publicada em anexo ao presente despacho, que produz efeitos desde 1 de outubro de 2013.

4 — Publique-se no *Diário da República* e promova-se a respetiva publicitação na página eletrónica do Governo.

28 de outubro de 2013. — A Ministra da Justiça, *Paula Maria von Hafe Teixeira da Cruz*.

Nota curricular

Dados Pessoais:

Nome: Plácido Mariano Conde de Sousa Rodrigues Fernandes

Local e data de Nascimento: Lisboa, 15 de agosto de 1971

Estado Civil: Casado

Habilitações académicas:

Doutorando em Ciências da Comunicação — Teorias da Comunicação, na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa — FCSH;

Pós-graduado em Ciências da Comunicação — Estudo dos Média e do Jornalismo (parte curricular de Mestrado), pela FCSH (2007);

Licenciado em Direito, pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa — FDUL (1996).

Experiência profissional:

Magistrado do Ministério Público, com a categoria de Procurador da República, colocado nas Varas Criminais de Lisboa, e antes com a categoria de Procurador-Adjunto, colocado nas comarcas da Grande-Lisboa Noroeste — Amadora, Cascais, Departamento de Investigação e Ação Penal de Lisboa, e comarca de Beja, com a classificação de serviço de “muito bom” (desde 1999);

Professor Auxiliar convidado na FCSH, do Curso de Mestrado em Comunicação, Média e Justiça (desde 2010);

Docente do Centro de Estudos Judiciários — CEJ (2006/2012);

Auditor de Justiça do CEJ (1997/1999);

Monitor de Direito das Obrigações, na FDUL (1995/1997).

Outras funções relevantes:

Membro da missão de peritos da Comissão Europeia enviada ao Conselho Nacional para as Mulheres, para redação de uma lei contra a violência contra as mulheres (Cairo, Egipto — 2013);

Articulou com o Grupo de Peritos da Convenção do Conselho da Europa relativa à Luta contra o Tráfico de Seres Humanos, em representação do CEJ (2012);

Colaborou na assessoria ao Ministério da Justiça da Guiné-Bissau para revisão do Código Penal e do Código de Processo Penal, sob coordenação da Direção-Geral da Política de Justiça do Ministério da Justiça (Bissau, Guiné-Bissau — 2011);

Colaborou na revisão técnica da tradução para português do manual das Nações Unidas — UNODC “Anti-human trafficking manual for criminal justice practitioners” (2011);

Participou na Conferência sobre Violência contra as Mulheres, da Comissão Europeia, em Bruxelas, em representação do Ministério da Justiça (Bruxelas, Bélgica — 2010);

Membro dos júris das provas de admissão aos cursos de formação de magistrados do CEJ (2007/2012);

Membro do Conselho Superior do Ministério Público (2007/2008); Secretário-Geral do Sindicato dos Magistrados do Ministério Público (2003/2005);

Membro da Comissão Executiva do Congresso para a Justiça e a Cidadania — I Congresso da Justiça, em representação do SMMP (2003/2004);

Colaborou no âmbito dos I, II, e III, Planos Nacionais Contra a Violência Doméstica, em representação do DIAP de Lisboa e do CEJ (2002/2010);

Integrou as estruturas de missão do DIAP de Lisboa para a violência doméstica e articulação com a PSP (2002/2005);

Membro do Conselho de Gestão do Centro de Estudos Judiciários (1997/1999).

Intervenções públicas, seminários e conferências:

Orador e moderador internacional, com mais de três dezenas de intervenções em seminários organizados pela Comissão Europeia (Direção-Geral para o Alargamento), na Argélia, Bósnia-Herzegovina, Egipto, Macedónia, Moldávia, Sérvia e Turquia, nas áreas dos direitos fundamentais e direitos humanos, quadro normativo internacional e europeu (ONU, Conselho da Europa e União Europeia), jurisprudência do Tribunal Europeu dos Direitos Humanos, direito penal e direito processual penal, tráfico de seres humanos, investigação do crime organizado, mediação penal, violência contra as mulheres, violência doméstica, violência nas instituições de ensino, execução de penas, refugiados, funções e estatuto do Ministério Público, conselhos superiores das magistraturas, justiça e comunicação;

Orador convidado do Centro de Formação Jurídica e Judiciária — CFJJ, em Macau, nos temas da violência doméstica, meios de prova e direitos fundamentais (com publicação das intervenções em coletânea do CFJJ);

Formador no curso de investigação “Management of Investigation Course”, do “EUJUST LEX — Missão Integrada da União Europeia para o Estado de Direito no Iraque”;

Intervenção na audição pública da Comissão Europeia, em Bruxelas, sobre o Livro Verde relativo às Garantias Processuais de Arguidos em Processo Penal na União Europeia, em representação da MEDEL — Magistrados Europeus para a Democracia e as Liberdades;

Organizador, moderador, orador e formador, em Portugal, em dezenas de conferências, seminários e ações de formação nas áreas da sua especialidade.

Trabalhos publicados:

Autor de mais de uma dezena de publicações, incluindo leis anotadas, estudos jurídicos e outros, nas áreas do direito penal e processual penal, meios de prova, combate ao terrorismo, direitos fundamentais e direitos humanos, violência doméstica, justiça militar, estrangeiros e refugiados, formação de magistrados, comunicação e justiça (desde 1999);

Supervisão jurídica da publicação “Tráfico de Seres Humanos — Coletânea de instrumentos jurídicos e jurisprudência — Em Portugal, na Europa e no Mundo (ed. Observatório do Tráfico de Seres Humanos — MAI/OTSH, 2012).

Formação profissional:

Curso de formação de formadores no manual da ONU/UNODC “Anti-human trafficking manual for criminal justice practitioners” (Viena, Áustria, 2011);

Curso Breve de Direitos Humanos dos Imigrantes e Refugiados, da Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa (2010);

Frequência de dezenas de ações de formação, cursos e seminários, nacionais e internacionais, sobre diversos temas jurídicos e judiciários, relevando os direitos humanos, a investigação criminal, o crime orga-

nizado e o terrorismo, a proteção de vítimas e a cooperação judiciária internacional (desde 2000);

XVI Curso normal de formação de magistrados do CEJ (1997/1999).
207393287

Inspecção-Geral dos Serviços de Justiça

Despacho (extrato) n.º 15072/2013

Por despacho do Inspetor-Geral dos Serviços de Justiça de 23 de setembro de 2013 e obtida a autorização da Secretaria-Geral do Ministério da Economia e do Emprego (SGMEE), foi autorizada a mobilidade interna na modalidade de mobilidade na categoria ao abrigo do artigo 59.º e do n.º 2 do artigo 60.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, do Inspetor Pedro Afonso Barradas de Noronha Penaguião, do mapa de pessoal da SGMEE, para desempenhar funções na Inspecção-Geral dos Serviços de Justiça, com a duração máxima determinada na lei, nos termos do n.º 1 do artigo 63.º da Lei n.º 12-A/2008, alterado pelo artigo 18.º da Lei n.º 3-B/2010, de 28 de abril, com efeitos a 1 de setembro de 2013.

23 de setembro de 2013. — O Diretor de Serviços de Administração, Gestão e Informática, *Miguel Augusto Filipe Henriques*.

207393676

Direção de Serviços de Administração, Gestão e Informática

Aviso n.º 14200/2013

Por despacho de 19.09.2013, do Senhor Inspetor-Geral dos Serviços de Justiça, foi autorizada a licença sem vencimento por um ano, com início a partir de 01.10.2013, requerida pela inspetora Maria Manuel Correia Martins Batalha, nos termos do artigo 76.º e seguintes do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de março, para o exercício de funções no Banco de Portugal.

25 de outubro de 2013. — O Diretor de Serviços de Administração, Gestão e Informática, *Miguel Augusto Filipe Henriques*.

207392606

Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça, I. P.

Aviso n.º 14201/2013

1 — Faz-se público que o Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça, I. P. (IGFEJ, I. P.), ao abrigo do disposto nos artigos 59.º a 63.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro (LVCR), alterada pelas Leis n.ºs 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 34/2010, de 2 de setembro, 55-A/2010, de 31 de dezembro, 64-B/2011, de 30 de dezembro e 66/2012, de 31 de dezembro, pretende recrutar, através do regime da mobilidade interna na categoria, três (3) técnicos superiores.

2 — Tipo de oferta: Mobilidade interna na categoria.

3 — Carreira/categoria: Técnico superior.

4 — Número de postos de trabalho: 3.

5 — Habilitação literária: Licenciatura em Direito (preferencial), Engenharia/Economia/Gestão.

6 — Prazo: 10 dias úteis a contar da data da publicação do presente aviso.

7 — Remuneração: A mesma da categoria de origem, nos termos da alínea d) do n.º 2 do artigo 35.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro (OE 2013), sendo as condições de trabalho e as regalias sociais genericamente vigentes para os trabalhadores da administração pública central.

8 — Caracterização do posto de trabalho: As enquadráveis no conteúdo funcional correspondente à carreira/categoria de técnico superior, tal como se encontra definido no mapa anexo à Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro.

8.1 — Atribuições/competências/atividades a exercer: No âmbito da prossecução das atribuições do Núcleo de Contratação (NCT) como se encontram definidas na deliberação do Conselho Diretivo constante do n.º 2, alínea b) do Despacho n.º 340/2013, publicado no *Diário da República* n.º 5, 2.ª série, de 8 de janeiro de 2013, com especial incidência:

Preparação de procedimentos de contratação pública, ao abrigo do CCP, adequados à execução dos projetos de empreitadas de construção, remodelação, adaptação e conservação das instalações dos serviços e organismos do Ministério da Justiça;

Preparação e lançamento de procedimentos de contratação pública para aquisição de bens e serviços, nomeadamente nos domínios das áreas de engenharia, arquitetura e tecnologias de informação;

Elaboração e formalização de contratos decorrentes da contratação pública supra referida;

Preparação de procedimentos e celebração de contratos ao abrigo de acordos quadro;

Lançamentos de procedimentos em plataforma eletrónica;

Análise de propostas e participação em júris de procedimentos relativos à natureza dos procedimentos anteriormente indicados;

Celebração de contratos ao abrigo dos procedimentos adjudicados pela Unidade de Compras do Ministério da Justiça.

Condição de Preferência — Dá-se preferência a candidatos com experiência em Informática na ótica do utilizador.

9 — Local de trabalho: Av. D. João II, n.º 1.08.01 D/E, Torre H, 1990-097 Lisboa.

10 — Requisitos: Ser trabalhador com relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado previamente estabelecida e estar integrado na carreira/categoria de técnico superior.

11 — Formalização das candidaturas: As candidaturas devem ser formalizadas mediante requerimento dirigido ao Presidente do Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça, da qual conste a menção expressa do vínculo e da carreira/categoria que possui, posição remuneratória e nível remuneratório detido, o serviço onde exerce funções, bem como a (s) referência (s) para que se candidata.

A candidatura deverá ser entregue nas instalações deste Instituto ou remetida pelo correio, com aviso de receção, até ao termo do prazo fixado, para a Av. D. João II, n.º 1.08.01 D/E, Torre H, 17.º andar, 1990-097 Lisboa.

12 — Documentos: O requerimento deverá ser acompanhado de *Curriculum Vitae* devidamente atualizado, datado e assinado; fotocópia dos documentos comprovativos das habilitações literárias e da formação profissional; fotocópia do bilhete de identidade ou do cartão de cidadão.

13 — Seleção dos candidatos: Análise curricular, complementada com entrevista.

14 — O presente aviso encontra-se disponível para consulta na Bolsa de Emprego Público (www.bep.gov.pt), a partir do dia seguinte ao da sua publicação.

12 de novembro de 2013. — O Vogal do Conselho Diretivo, *Carlos Brito*.

207393716

Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses, I. P.

Deliberação (extrato) n.º 2221/2013

Por deliberação do conselho diretivo do Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses, I. P. (INMLCF, I. P.), de 26 de agosto de 2013:

Na sequência da homologação da lista de classificação final do curso interno de ingresso para ocupação de um posto de trabalho na categoria de especialista de informática grau 1, nível 2, da carreira não revista de especialista de informática, do mapa de pessoal do INMLCF, I. P., aberto pelo aviso n.º 13588/2012, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 198, de 12 de outubro de 2012, torna-se público que se procedeu, ao abrigo do disposto na Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, e na Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro, à celebração de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, em período experimental, para estágio de ingresso na carreira de especialista de informática, índice 400, a que corresponde a remuneração base mensal de € 1373,12, com efeitos a partir de 1 de setembro de 2013, com a licenciada Patrícia Alexandra Pincha Vilhena Faustino, para exercer atividade na Delegação do Sul do INMLCF, I. P. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

22 de outubro de 2013. — O Diretor do Departamento de Administração Geral, *Carlos Dias*.

207389018

Polícia Judiciária

Despacho (extrato) n.º 15073/2013

Por despacho de 2013.11.08 do Diretor Nacional da Polícia Judiciária, e nos termos dos n.ºs 1 e 4 do artigo 3.º da Portaria n.º 269/2012, de 3